



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - DÉFICIT
COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ESCOLA
INCLUSIVA**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Galdina Soares Alves

Santa Maria, RS, Brasil

2010

FORMAÇÃO DO PROFESSORES PARA ESCOLA INCLUSIVA

por

Galdina Soares Alves

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Andréa Tonini

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - *Déficit Cognitivo e*
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ESCOLA INCLUSIVA

elaborado por
Galdina Soares Alves

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Andréa Tonini
(Presidente/Orientador)

Aline Verardo Corrêa

Amara Lúcia Holanda Tavares Battistel

Santa Maria, 13 de dezembro de 2010

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ESCOLA INCLUSIVA

AUTOR: GALDINA SOARES ALVES

ORIENTADOR: ANDRÉA TONINI

SANTA MARIA

Este trabalho centra-se na temática da formação de professores para uma orientação inclusiva em educação e na preparação destes para acolher crianças com necessidades educacionais especiais nas classes comuns de escolas regulares. O objetivo é analisar o que os teóricos apresentam sobre formação de professores, em termos de fundamentação teórica que possa contribuir para a efetivação da educação inclusiva. É notório e fundamental que nesse processo haja o comprometimento efetivo dos docentes. Nesse sentido o professor necessita de uma formação adequada para colaborar efetivamente para o desenvolvimento de uma escola inclusiva. Os professores estão sendo desafiados a participar da tarefa de construir esta escola, tanto na constituição da identidade profissional como numa ação pedagógica que tenha por norte o enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, como na criação de alternativas no debate de proposições para a construção de uma nova prática social. A inclusão dos alunos com necessidades especiais nos sistema regular de ensino sempre foi um discurso distante das práticas educacionais. Por isso, além de serem criadas políticas públicas, como as já existentes, deve haver uma preocupação maior com a formação e o apoio ao professor de classes comuns, no sentido da conscientização dos direitos do cidadão e da valorização do ser humano. A formação é um processo permanente de construção e refere-se à aquisição de conhecimentos, a uma conduta pedagógica. O reconhecimento social depende de inúmeros aspectos e envolve o professor, a comunidade dos alunos e pais, as mantenedoras, os colegas e sua mobilização e organização.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO ESPECIAL; INCLUSÃO; FORMAÇÃO DE PROFESSORES

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	03
2. REFERENCIAL TEÓRICO	04
2.1 Educação Inclusiva: um pouco de história	04
2.2 Formação de professores na perspectiva inclusiva.....	08
2.3 Como trabalhar a inclusão.....	10
2.4 Inclusão digital.....	12
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
4. REFERÊNCIAS	16

1 APRESENTAÇÃO

Com este trabalho pretende-se analisar a importância da formação do professor para atuar em uma escola inclusiva, sendo estimulado a formar e introduzir novas idéias e criação persistente acerca de seus projetos, abrindo, assim, espaço para efetivar a educação inclusiva.

Pretende-se mostrar através deste estudo que numa escola inclusiva, cada professor é peça fundamental pois carrega consigo uma bagagem rica em experiências que podem servir de interação com os demais para o aperfeiçoamento da prática docente, compartilhando conhecimentos e práticas com todos os envolvidos no processo.

Assim, seria essencial que as atividades de planejamento fossem realizadas de forma coletiva, possibilitando o compartilhamento das experiências, através da reflexão construir delineamentos para uma prática que visasse responder às diversidades existentes nas salas de aula.

O tema desta pesquisa está concentrado no conhecimento que o professor deverá adquirir para desempenhar bem sua função na educação inclusiva, principalmente nas salas de ensino regular. Portanto, o objetivo é analisar o que os teóricos apresentam sobre formação de professores, em termos de fundamentação teórica que possa contribuir para a efetivação da educação inclusiva. Por isso buscou-se subsídios teóricos referentes à história da educação Inclusiva e abordar o tema formação de professores na perspectiva da educação inclusiva. Tendo, para tanto, adotado a pesquisa bibliográfica.

O referencial teórico está dividido em quatro subtítulos. O primeiro trata do tema referente à história da educação inclusiva, por entender que é importante compreender os fundamentos que permeiam a construção da história da educação especial. No segundo subtítulo abordou-se a formação do professor na perspectiva da educação inclusiva; no terceiro faz-se uma reflexão de como trabalhar a inclusão na integração entre professor generalista e especialista. E por fim, aborda-se a inclusão digital no sentido de instrumentalizar o professor na sua formação para que empregue em sua prática o uso de tecnologias assistivas como ferramentas para facilitar a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nas considerações finais, faz-se uma síntese de tudo que foi analisado na literatura consultada, não pretendendo esgotar o assunto, mas buscando incitar mais debates sobre o tema que contribuam para a efetivação do processo de inclusão.

Este trabalho de pesquisa busca apresentar referenciais sobre a formação de professores em educação especial, tendo como base bibliografias especializadas, já que o trabalho foi feito sobre pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Santos (2007, p. 127) consiste “num estudo organizado sistematicamente com base em materiais publicados como livros, revistas e sites da internet”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação Inclusiva: um pouco de história

Para Mazzotta (2005) a preocupação com a educação das pessoas com necessidade especiais no Brasil, iniciou-se efetivamente no século XIX inspirado em experiências européias e norte-americanas.

A história da educação inclusiva reporta necessariamente à história da deficiência como forma de entendimento e compreensão por que os indivíduos com necessidades especiais eram afastados do convívio social. Até meados de 1854, as pessoas com necessidades especiais eram excluídos desde o convívio familiar, até o social, sendo acolhidos em instituições beneficentes e asilos. Muitos ficavam a maior parte da vida nestes locais, sem atendimento especial que possibilitassem condições de progresso a fim de se tornarem produtivos.

De acordo com Jannuzzi (2004), a década de 1980 foi significativa para as pessoas com necessidades especiais, tendo em vista que foi organizado pela ONU o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, num movimento que tinha como lema “participação plena e igualdade”.

De acordo com Mazzotta (2005), a educação especial no Brasil é marcada por dois períodos; de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

Mazzotta, citado por Buccio (2008, p. 55/56) afirma que;

Na primeira metade do século XX, portanto, até 1950, havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. Ainda, catorze estabelecimentos de ensino regular, dos quais um federal, nove estaduais e quatro particulares, atendiam também alunos com outras deficiências. No mesmo período, três instituições especializadas (uma estadual e duas particulares) atendiam deficientes mentais e outras oito (três estaduais e cinco particulares) dedicavam-se à educação de outros deficientes.

Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos na cidade de Jomtien, na Tailândia, a partir da qual se estabeleceu os primeiros ensaios da política de educação. A partir de 1994, a concepção de educação especial foi sendo substituída pelo entendimento de uma educação

inclusiva tendo como base a Declaração de Salamanca (1994), que ampliou o conceito de inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, tendo por princípio uma “Educação para todos”.

Segundo Mazzotta (2005), as políticas públicas de educação especial até o ano de 1990, refletiam um atendimento assistencial e terapêutico que era dispensado à educação especial pelo Ministério de Educação (MEC). Somente a partir de 1990 é que a educação especial começa a ser interpretada como modalidade de ensino. Porém, cabe ressaltar que ainda persistem as propostas e planos sob uma abordagem reducionista, compreendendo a educação especial como uma questão apenas metodológica ou de procedimentos didáticos.

Da mesma forma, Jannuzzi (2004, p. 187) afirma que, “a partir da década de 1990, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), endossada pelo Brasil e por muitos governos, aponta-se a inclusão como um avanço em relação à integração, porquanto implica uma reestruturação do sistema comum de ensino”.

Nesta mesma linha de pensamento encontra-se, Werneck (1997, p. 56) que também diferencia os conceitos: “a integração e a inclusão são dois sistemas organizados de ensino que têm origem no princípio de normalização”. A autora explica que “normalizar não é tornar o indivíduo normal, mas é atender às suas necessidades e reconhecer o seu direito de ser diferente” (op. Cit. p. 57).

A semelhança entre os dois sistemas é que ambos promovem a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais. A diferença é que a integração faz uma inserção apenas parcial, e a inclusão é a inserção total e incondicional, também chamada de sistema de caleidoscópio, termo criado por educadores canadense (BUCCIO, 2008). Este sistema de organização de ensino exige uma transformação da escola, uma ruptura com o sistema educacional vigente (WERNECK, 1997).

A diferença fundamental entre integração e inclusão é de que na primeira o aluno é que precisa adaptar-se à escola e, na segunda é a escola que deve focalizar as particularidade de cada um.

Mantona, citada por Buccio (2008, p.76), afirma que:

A integração traz consigo a idéia de que a pessoa com necessidade educacional especial deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e,

consequentemente, ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social (MANTOAN, 1997 apud BUCCIO, 2008, p. 76).

A escola inclusiva se posiciona de forma oposta aos sistemas hierarquizados de inferioridade e desigualdade, pois baseia-se na defesa dos princípios e valores éticos nos ideais de cidadania e justiça para todos.

Nesse sentido para Sasaki (1997, p. 41) inclusão é

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. Oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Partindo desse pressuposto de inclusão, as escolas se transformariam em espaços democráticos, atendendo a todos os alunos independentemente de suas diferenças. Implicaria ainda, em uma nova postura da escola que precisaria estar refletindo em seu projeto pedagógico, currículo, metodologia de ensino, avaliação e atitude dos educadores, ações que favoreceriam a integração social, adaptando-se para oferecer serviços educacionais de qualidade para todos.

As mudanças são possíveis, porém é necessário uma análise bem profunda dos contextos político, social e educacional brasileiro para poder compreender quais são os desafios apresentados por esse projeto pedagógico.

Neste contexto, no Brasil a implementação de propostas de escolas inclusivas é muito difícil. Essas dificuldades encontram-se tanto na área educacional, como também no que se refere ao respeito a emprego e direitos. Compreende-se que são reflexos de uma perspectiva assistencialista que predomina, apesar haver uma grande movimentação de lutas e leis instituídas, ainda é um processo vinculado diretamente às iniciativas e disposições individuais.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais é um processo que exige mudanças significativas, isso pode causar desconforto no ambiente escolar, principalmente em sala de aula. Essas são situações que não cabem só ao professor buscar capacitação para resolver os desafios que surgem no cotidiano, mas principalmente a uma ação conjunta que envolvam pais, alunos, comunidade e

todos os que estão envolvidos no processo necessitam compreender que a convivência com a diferença, recebendo alunos incluídos só poderá contribuir para o enriquecimento da formação humana de seus membros.

Para que aconteça a inclusão de maneira natural é necessário que ocorra um período de adaptação, permitindo que essas concepções sejam incorporadas e absorvidas pelos membros da comunidade, mas nem sempre pode ocorrer de maneira satisfatória. Portanto, em vez de haver o acolhimento coletivo destes alunos, o que se percebe é uma rejeição, alegando-se as mais diversas justificativas.

Ao adotar a prática inclusiva como um objetivo de curto prazo, as políticas públicas desconsideram que os ambientes físicos não estão preparados para receber esses indivíduos e que a adequação desses espaços vai exigir investimentos em infra-estrutura e equipamentos, cujas verbas geralmente dependem de projetos.

A retomada das questões políticas e econômicas que caracterizam o atual momento histórico reencaminha as discussões sobre o desafio da Inclusão do aluno com necessidades especiais na escola regular. A Constituição Federal de 1988 representa um avanço importante na cidadania das pessoas com necessidades especiais. Um artigo específico lhe é destinado, apesar de a estrutura constitucional direcionar-se para a proteção da dignidade da pessoa humana como bem maior.

A discussão sobre educação, quando inserida no contexto social, revela que as desigualdades e as injustiças sociais se aprofundam. As diversas concepções trazidas para a sociedade, como a de homem, a de sociedade, a de educação, a de formação, a de gestão, etc., continuam sendo embasadas pela lógica do mercado, fortalecendo a exclusão social. O conjunto de valores que permeiam a educação é oriundo dessa lógica perversa. Desse modo, a educação foi construída historicamente numa perspectiva de exclusão, percebida através da evasão e da repetência, de programas de aceleração, de correção de fluxo idade-série.

Assim, por perceber que a inclusão é uma realidade já posta, a escola deve levar em conta a legislação e que também, apesar de a inclusão escolar não assegurar, de fato, inclusão escolar, apesar de os processos de exclusão social não serem somente das pessoas deficientes, apesar de a compreensão das possibilidades e dos desafios da educação dos alunos com deficiência não se esgotar no âmbito da escola, ainda assim a educação é uma mediação fundamental

para a constituição da vida dessas pessoas, um espaço do exercício de direitos e de interações significativas.

3.2 Formação de professores na perspectiva inclusiva

Quando se trata de inclusão, devem-se considerar aspectos ligados à formação do professor, uma vez que este deve estar preparado e seguro para trabalhar com aluno com necessidade educacional especial. Em primeiro lugar, o professor deve estar disposto para conceber um projeto pedagógico, que começa pela reflexão.

A inclusão vai além do simples fato de construir rampas e banheiros. É um processo que precisa ser refletido no conjunto, discutindo os motivos que levam os alunos a tanta repetência e indisciplina, da ação dos professores que não conseguem dar conta da demanda por falta de formação e experiência. Para isso é fundamental um bom projeto que valorize o profissional, e considere a cultura, a história e as vivências dos professores e dos alunos.

Quando não existe objetivos o professor fica numa situação semelhante a um viajante sem rumo; tudo se torna subjetivo e imprevisível.

A atividade profissional de um professor de educação especial e inclusiva envolve responsabilidade sobre o destino do aluno. Portanto, cada currículo precisa ter propósitos bem definidos. Estes propósitos devem ser bem conhecidos tanto pelo professor quanto pela equipe pedagógica da escola e pelos pais ou responsáveis pelos alunos. Dificilmente o professor conseguirá chegar a qualquer lugar se ele não souber de antemão onde deseja e precisa chegar (MARQUES, 2000).

Os objetivos são declarações específicas a respeito do que se pretende lograr, principalmente quando se prepara profissionais para trabalhar a inclusão. Devem ser expressos de forma visível e concreta. A falta de objetivos claros torna difícil saber se o aluno e o professor atingiram os resultados desejados.

Objetivo é uma intenção de um desejo ou propósito. É expresso em termos de mudanças que serão provocados no aluno especial: deve expressar o que ele deve e pode fazer durante a aula.

Na medida em que a aprendizagem é apenas inferida, pois é algo que não pode ser observado diretamente, o professor deve decidir que tipo de evidência observável é adequado para identificar que o aluno chegou onde deveria chegar.

Segundo Marques (2000) as práticas pedagógicas também precisam ser revistas. Com o objetivo de que todos aprendam, as atividades devem ser selecionadas e planejadas com propostas bem estudadas, elaboradas e visando definitivamente um público alvo específico. A principal vantagem desse trabalho é que as atividades de aprendizagem são direcionadas, há um estabelecimento de ordem, propósitos e condições para que elas se realizem, bem como forneçam critérios para avaliar sua ocorrência.

Objetivos bem elaborados sugerem estratégias de inclusão, que podem e devem ser múltiplas, a respeito de como alcançá-los.

O importante não é o material, método ou teoria usada para ensinar e, sim, o fato do aluno aprender com propriedade, alcançando, assim, o máximo de sua capacidade. É responsabilidade de o professor mudar seu material, método ou teoria sempre que não estiverem ajudando o aluno a atingir as metas propostas.

A função da avaliação não é medir se o aluno chegou a um determinado ponto, mas se ele elaborou conhecimentos. Esse mérito vem do esforço pessoal para vencer as suas limitações, e não da comparação com os demais. Eis aí uma grande importância do estabelecimento de objetivos claros e amplos para com os alunos com necessidades educacionais especiais serem inseridos em escolas regulares.

A falta de objetivos claros torna difícil saber se um aluno ou professor atingiram os resultados desejados. O professor em educação inclusiva, aprende muito pela prática, embora a fundamentação teórica a respeito do tema seja abundante. É surpreendente a quantidade de professores que entram na sala de aula, todos os dias, sem a menor ideia de que eles pretendem fazer e, muito menos, do que pretendem que os alunos consigam aprender (MARQUES, 2000). Afirma-se isso por observação própria no decorrer dos anos de prática em sala de aula convivendo com os pares.

O uso de objetivos deve, sempre, levar em conta as diferenças individuais. Respeitar diferenças não significa abrir mão dos objetivos, e sim, oferecer

possibilidades diversas, alternativas e/ou adicionais para os alunos atingirem os níveis de desempenho estabelecidos.

Basicamente, há três opções para o professor trabalhar a educação inclusiva: manter objetivos amplos e variar as estratégias (tempo, materiais, apoio pessoal, por exemplo); manter apenas parte dos objetivos para acomodar diferenças individuais de capacidade, interesse ou esforço; estabelecer objetivos diferenciados.

Uma coisa é estabelecer a necessidade, importância e utilidade dos objetivos. Outra é saber como fazê-los, pois a educação inclusiva ainda é muito mais teórica do que prática.

Tendo objetivos bem definidos por uma boa equipe pedagógica um professor pode ensinar um aluno com necessidades educacionais especiais, pois o papel do professor é ser regente de classe, não especialista nessas necessidades. Essa responsabilidade deve ser compartilhada pela equipe de atendimento especializado e pelo professor de classe comum. A função do regente é trabalhar os conteúdos, mas as parcerias entre os profissionais são muito produtivas, ampliam objetivos e abrindo novas perspectivas para uma aprendizagem mais específica.

3.3 Como trabalhar a inclusão

Para trabalhar dentro da perspectiva da inclusão é fundamental que o professor tenha um mínimo de formação e deve estar disposto a trabalhar com esse alunado. Conforme já destacava Piaget (1984, p. 62)

[...] a preparação dos professores constitui questão primordial de todas as reformas pedagógicas em perspectiva, pois, enquanto não for a mesma resolvida de forma satisfatória, será totalmente inútil organizar belos programas ou construir belas teorias a respeito do que deveria ser realizado. Ora esse assunto apresenta dois aspectos. Em primeiro lugar, existe o problema social da valorização ou da revalorização do corpo docente primário e secundário, a cujos serviços não é atribuído o devido valor pela opinião pública, donde o desinteresse e a penúria que se apoderam dessas profissões e que se constituem um dos maiores perigos para o progresso, e mesmo para a sobrevivência de nossas civilizações docentes.

Fundamentada pelo pensamento de Piaget (1984), se constitui num problema de difícil compreensão que é a formação intelectual e moral dos professores, pois ao preconizar os métodos como os melhores para o ensino, mais difícil se torna para o

professor arcar com essa responsabilidade, que pressupõe não só o nível de uma elite do ponto de vista dos conhecimentos do aluno e das matérias, mas como também importa uma verdadeira vocação para o exercício da profissão.

Para enfrentar e solucionar essas questões, Piaget (1984, p. 62) afirma que “existe uma única e idêntica solução racional: uma formação universitária completa para os mestres de todos os níveis (pois quanto mais jovens são os alunos, maiores dificuldades assumem o ensino, se levado a sério)”.

Perrenoud (2000) apresenta três elementos: responsabilidade, investimento e criatividade que se constituem em aspectos fundamentais para a formação de professores que se responsabilizam pela tarefa de enfrentar os desafios, visando construir autonomia individual e liderança na gestão de sala de aula.

Para os professores que atuam como profissionais reflexivos, não aceitam receitas prontas, pois eles buscam desenvolver habilidades para identificar, definir, projetar, avaliar os desafios.

Essas habilidades são necessárias para trabalhar com alunos de níveis de desenvolvimento cognitivo diferentes, mais se especificam quando se trata de alunos com necessidades especiais diante do processo de inclusão.

A responsabilidade começa com a compreensão de que é necessário estar em permanente processo de aprendizagem e integração com outros profissionais para conseguir desenvolver as competências decentes necessárias na contemporaneidade.

A educação entendida como essência do trabalho escolar, constitui-se num elemento fundamental no processo que produz o desenvolvimento das potencialidades que certamente contribuirão para uma resignificação da condição humana das pessoas com necessidades educacionais especiais.

No entendimento de Sá-Chaves (2001), desenvolver um ensino de qualidade, sob a perspectiva da educação inclusiva abrange pelo menos, dois tipos de formação de professores: os professores “generalistas”, que atuam no ensino regular e possuem um mínimo de conhecimento e prática sobre a diversificação; e professores “especialistas” que possuem conhecimentos adquiridos na formação sobre as diferentes “necessidades educacionais especiais”, seja para o apoio ao trabalho realizado pelos profissionais de classe regulares que integrem esses alunos.

A atuação do professor especialista deve estar presente em todas as decisões, em todas as ações, opinando e refletindo com o professor do ensino regular, auxiliando-o em todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. Dessa maneira, é possível que ambos os professores terão oportunidades de socializar o saber específico, bem como atuar junto aos outros profissionais da equipe, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino oferecido.

É muito importante que haja integração entre professores especialistas e generalistas com os demais profissionais como a equipe multidisciplinar, levando a capacitação dessa equipe colaborativa em serviço, contribuindo para uma mudança na qualidade da escola inclusiva.

3.4 Inclusão digital

A integração entre os pares é fundamental, mas também cabe destacar a ação por parte tanto de professores quanto de gestores em relação aos equipamentos e tecnologias assistivas, que consistem naquelas importantes para facilitar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2005).

No Brasil, a acessibilidade digital ainda se apresenta de forma mínima, assim como as adaptações de material didático e o livre acesso aos meios de comunicação também são muito reduzidos, principalmente se forem comparados a outros países.

Percebe-se que as pessoas com necessidades educacionais especiais se sentem frustradas frente às impossibilidades de aprendizagem pela falta de material adequado como teclados adaptados, caixas de som, ou mesmo, os mais elementares como rampas de acesso ou bancadas adaptadas a pessoas cadeirantes nos laboratórios de informática.

A aprendizagem pode ser melhorada sensivelmente com o uso das Tecnologias Assistivas no ambiente escolar, pois permite a versatilidade de linguagens envolvidas.

Por meio destas tecnologias, o professor tem a possibilidade de integrar os conteúdos e assim poder desenvolver um trabalho que envolva o ensino, a revisão, a correção e o reforço dos conhecimentos, empregando diferentes tipos de

representações em conformidade com os estilos de aprendizagem e os talentos individuais dos alunos.

Segundo Almeida (1987) elas proporcionam aos processos educativos possibilidades de movimentos, cores, sons e emoções, relacionando pessoas a dados completos, além de permitirem a construção da aprendizagem através de outras abordagens. No entanto, para alcançar os objetivos propostos pelo emprego destas tecnologias é necessário professores capacitados para aproveitarem toda a riqueza que esses meios proporcionam, pois é um trabalho minucioso que não permite improvisação.

Para desenvolver este trabalho é preciso que materiais e programas sejam bem estruturados, sistemáticos, que possuam informações organizadas em sequências apropriadas, com palavras e imagens muito bem selecionadas que possam facilitar a compreensão, a retenção e a execução dos conhecimentos.

É necessário que exista uma cultura inclusiva na sociedade como um todo e principalmente nas instituições de ensino, pois sem isso a formação de professores estará comprometida, constituindo-se num grande desafio, além de se estar vivendo um momento histórico em que as capacitações da equipe da escola estão comprometidas pela falta de recursos, tornando maior o desafio de lidar com essa realidade.

Por isso se faz necessário o desenvolvimento de um novo grupo de profissionais que deva ser entendida como aquele cuja atividade prática profissional, serve de base para a elaboração de novas teorias que vão propiciar o surgimento de práticas diferenciadas, flexíveis e inclusivas (MARQUES, 2000).

Nesse sentido, a escola deve enfatizar a interação entre a individualidade e a sociabilidades, sendo esta uma espiral na construção de pensamentos e ações. Por sua vez o processo de inclusão precisa ser criativo, consciente, real e principalmente, individual.

Esse processo, a inclusão, necessita de ações eficazes que garantam so desenvolvimentos intelectual, social, afetivo e profissional do alunado ao qual se destina. Para tanto, se faz necessário uma formação, que permita ao profissional estabelecer inter-relação entre as situações existentes com os ideais necessários, de modo que, qualitativamente, compreenda a diversidade dos alunos.

Segundo Romanowski (2007) a verdadeira profissionalização se dá a partir do momento em que é permitido ao professor racionalizar e analisar a própria prática, criticando, revisando, fundamentado na construção do crescimento da unidade de ensino como um todo. O professor é um agente fundamental no processo da inclusão, mas ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusivista. Para tanto se faz necessário a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas (SASSAKI, 2003). E também, a provisão de serviços de apoio é de importância primordial para o sucesso das políticas educacionais inclusivas.

Para Mercado (1999), é considerável o número de professores e alunos que buscam mais conhecimentos nos cursos de graduação, por isso, este é o momento propício para que sejam instrumentalizados a usar os recursos tecnológicos como elementos não somente de mediação pedagógica, mas principalmente de inclusão acadêmica e social, contribuindo com a construção de conhecimentos e na formação de sentido para uma prática diferenciada.

Esse trabalho exige investimento em leituras, a busca constante de alternativas pedagógicas que permitam, além do desenvolvimento dos alunos sem necessidades educacionais especiais a integração e a interação entre todos alunos , principalmente envolvendo os incluídos, permitindo que ambos se beneficiem e se enriqueçam com a troca de experiências e com o conhecimento construído de forma compartilhada.

Assim, por perceber que a inclusão é uma realidade já posta, a escola deve levar em conta a legislação e que também, segundo Góes e Laplane (2004), apesar de a inclusão escolar não assegurar, de fato, inclusão escolar, apesar de os processos de exclusão social não serem somente das pessoas com necessidades especiais, apesar de a compreensão das possibilidades e dos desafios da educação dos alunos com necessidades educacionais especiais não se esgotar no âmbito da escola, ainda assim a educação é uma mediação fundamental para a construção da vida dessas pessoas, um espaço do exercício de direitos e de interações significativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho observou-se a dificuldade de se estabelecer a eficácia da Educação Inclusiva. Isto ocorre em virtude do despreparo da comunidade escolar em acolher e atender a diversidade, principalmente no caso do professor, que alinhado a sua formação, carrega a escassez de informações estruturadas sobre a área inclusiva e a ação de ser professor que atenda as necessidades educacionais de todos os alunos.

A literatura indicou que a formação de professores está na base de qualquer tentativa de construção de um projeto de educação e é, sobretudo, condição primordial para a implantação de medidas que se imponham.

Formar professores inclusivos é uma preocupação do meio educacional, visando delinear os pressupostos teórico-metodológicos que devem embasar as suas ações e, ainda, por postular maior reflexão sobre seu real significado e suas exigências. A formação de professores inclusivos passa por profundos reflexões, discussões complexas, que precisam ser trabalhadas de forma singular e desafiadora.

A educação especial sob a perspectiva da inclusão é um desafio a ser vencido pela sociedade, pelo Estado e, de modo bem específico, pela escola, onde de fato verdadeiramente acontecem os fatos.

São muitas as dificuldades a serem superadas: o professor que fica isolado, sem preparação e sem apoio especializado; o não-fornecimento de material próprio para os alunos com necessidades especiais; a não-compreensão da inclusão pela escola e pela sociedade, muitas vezes, por falta de informação. São essas algumas das dificuldades, em relação à educação inclusiva, enfrentadas pela escola.

Com certeza, sempre foi mais fácil atribuir a responsabilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais ou até mesmo ao professor. Porém, estes, por sua vez, também não podem arcar com este ônus, pois a educação, como um todo, também não foi tratada, historicamente, com políticas públicas adequadas.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais nos sistemas regulares de ensino sempre foi um discurso distante das práticas educacionais. Por isso, além de serem criadas políticas públicas, como as já existentes, deve haver uma preocupação maior com a formação e o apoio ao professor de classes comuns, no sentido da conscientização dos direitos do cidadão e da valorização do ser humano.

5. REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, F. J. **Educação e Informática: os computadores na escola.** São Paulo: Autores Associados, 1987.

BRASIL. Ministério da ciência e Tecnologia. **Tecnologias assistivas e a promoção da inclusão social.** Brasília, 2005.

BUCCIO, Maria Isabel. **Educação especial: uma história em construção.** 2ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

BUENO, José G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação dos professores: generalista ou especialista. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Piracicaba. V.3. nº 5, p. 75, 1999.

DI PALMA, M. et al. **Educação Inclusiva: desafios para formação de professores.** Disponível em: http://www.utp.br/proppe/x%20seminario_pesquisa/Artigos%20completos/FCHLA/EDUCA%C7%C3O%20INCLUSIVA%20DESAFIOS%20PARA%20A%20FORMA%C7%C3O%20DE%20PROFESSORESdoc Acesso em: 27 abr 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (Org.) **Políticas e práticas de educação inclusiva.** Campinas: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação contemporânea).

JANNUZZI, Gilberta de Marinho. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004 (Coleção Educação Contemporânea).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon/ SENAC, 2003.

MARQUES, Mario Osório. **Formação do profissional da educação.** Ijuí: Unijuí, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2005.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Formação continuada de professores e as novas tecnologias.** Maceió: Edufal, 1999.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação.** Tradução de Ivete Braga. 12 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1984.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: Perspectivas sociológicas.** Lisboa: Dom Quixote, 2000.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. 3 ed.rev. e ampl. Curitiba: IbpeX, 2007.

SÁ – CHAVES, Idália. Informação, formação e globalização: novos ou velhos paradigmas. In: ALARCÃO, Isabel (Org). **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol [et al.] **Orientações e dicas práticas para trabalhos acadêmicos**. Curitiba: IBPEX, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

_____. **Pressupostos da educação inclusiva**. In: Educação Inclusiva: conceito e prática. Palestra, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **MDT: Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertação e Teses**. 5 ed. Santa Maria: UFSM, 2000.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997